

Ser ou não ser?

Elementar, caro Governo!

Não sei, não sabe ninguém e tenho raiva de quem sabe mas não diz o que sabe, para todos ficarmos a saber que, afinal de contas, o saber pouco importa quando não sabemos o que muitos gostariam de saber sobre o destino de muitos milhares de pessoas e famílias relacionadas com a problemática dos comportamentos aditivos e as dependências...

Não sei, e seguramente não sabem os profissionais envolvidos na dinâmica das estruturas de prevenção, tratamento, redução de riscos, reinserção social e dissuasão, como não sabem as organizações da sociedade civil a situação que se vive nesta importante área de intervenção em CAD.

Eu sei, e apesar de muitos outros saberem o que eu sei, fingem não saber que Portugal aprovou em 1999 uma Estratégia Nacional orientada nos princípios do pragmatismo, da cooperação internacional, da prevenção, do humanismo, da segurança, da coordenação e racionalização dos meios e da participação, centrada na pessoa humana, na parceria activa com a sociedade civil, numa dinâmica de proximidade com as instituições, criando uma importante rede de referênciação, diagnosticando os problemas para uma intervenção integrada das respostas.

Será que ninguém sabe ou finge não saber os ganhos em saúde que resultaram das respostas territoriais, do envolvimento das redes sociais e dos planos municipais de intervenção que uma estratégia nacional articulada com o meio envolvente trouxe para o país?

Eu sei que a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência, conhecida como o modelo português, internacionalmente reconhecido e até replicado como um bom exemplo em muitos países do mundo, é apenas um bom instrumento orientador das políticas para o combate aos comportamentos aditivos e às dependências mas parece que alguém não sabia ou, se sabia, fez de conta e ignorou os dados e o sucesso alcançado por



uma equipa de profissionais de grande dedicação e qualidade, que deveria merecer mais respeito por parte dos decisores políticos, que julgavam saber tudo mas que, afinal, veio a provar-se não saberem rigorosamente nada.

Eu não sei as razões nem os motivos que levaram os decisores políticos do anterior governo a “destruir” o melhor serviço do Serviço Nacional de Saúde... se calhar nem eles sabem explicar as razões tal inusitada decisão. Seria por despeito ou desconhecimento ou por um qualquer protagonismo bacoco de destruir um serviço prestigiado e reconhecido internacionalmente?

Mas sei o que todos sabem: que o processo de integração nas ARS, apesar de sustentado (?) em ganhos de racionalidade e qualidade em saúde, não se concretizou. Pelo contrário, assistimos a uma progressiva destruição da rede de serviços, dos cuidados prestados às pessoas, às famílias e à comunidade, com o espectro de preocupantes consequências para a saúde individual e para a saúde pública. Mas sabemos mais e não podemos ignorar a inoperacionalidade das respostas em resultado desta dinâmica bicéfala imposta contra tudo e contra todos.

Eu sei que eles sabiam que as políticas do combate aos comportamentos aditivos e às dependências não representam um problema dos outros, das famílias dos outros, dos filhos dos outros, mas um gra-

ve problema de todos nós, de toda a sociedade, e que, ao ignorar isto, o governo anterior não protagonizou um combate, mas a destruição de um serviço de qualidade e excelência.

E por isso, assistimos hoje a uma degradação das respostas porque temos cinco distintos países (ARS) que não conhecem os problemas, que não sintonizam a informação e comunicação, que não garantem um diagnóstico fiável e em tempo útil, que não conseguem articular vontades e respostas nem sabem como, quando e em que condições podem articular e comunicar numa rede de referênciação.

Bem sei que os profissionais da rede pública nos comportamentos aditivos e dependências desde sempre estiveram contra a decisão do governo de destruição de um serviço de qualidade e excelência cujos resultados falam por si. Que, apesar de tudo, assumiram o compromisso de continuar a dedicar todo o saber e empenho na defesa das pessoas e das suas famílias, participando e colaborando na avaliação das consequências que a integração nas ARS trazia para a eficácia das respostas de coordenação, planeamento, investigação e intervenção no combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências.

E é por saber o que todos sabem que a destruição dos serviços, ocorrida há mais de cinco anos, não serve os interesses das pessoas, das famílias, do Serviço Nacional de Saúde, e que é preciso repor os níveis de confiança, qualidade e eficiência com uma mudança orgânica que defenda um serviço nacional e especializado, que respeite a sua integridade em matéria de atribuições e competências e que coloque a Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Reinserção e Tratamento como a resposta às necessidades das pessoas, da sociedade e do Serviço Nacional de Saúde.

Sérgio Oliveira, director